



## DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO SISTEMA PRISIONAL DO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA

DE PAULA Maturana, Juliana<sup>1</sup>  
NUNES Matos, Isabel<sup>2</sup>

### Resumo

Este estudo analisa a oferta da educação especial no sistema prisional do Espírito Santo, com foco nos desafios para a inclusão de pessoas privadas de liberdade com deficiência. Por meio de abordagem qualitativa e análise documental, foram examinados documentos oficiais, como o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade – PEPPLS 2025–2028, legislações nacionais e dados institucionais do INFOPEN e da Secretaria de Justiça. A análise evidencia avanços na consolidação da educação prisional e no acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas aponta lacunas na efetivação da educação especial, incluindo ausência de dados confiáveis sobre internos com deficiência, insuficiência de recursos pedagógicos acessíveis e necessidade de formação contínua dos profissionais. A escassez de pesquisas direcionadas especificamente à educação especial no contexto prisional capixaba reforça a relevância do aprofundamento teórico e empírico nesta área. O estudo ressalta a urgência na formulação de políticas públicas específicas, investimentos em infraestrutura acessível e formação docente para garantir o direito à educação inclusiva, promovendo humanização, cidadania e reinserção social. As conclusões apontam que assegurar o direito à educação inclusiva requer a articulação efetiva de políticas públicas, recursos e capacitação, garantindo que pessoas privadas de liberdade com deficiência tenham seus direitos plenamente respeitados.

**Palavras-chave:** Educação prisional. Educação especial. Políticas públicas educacionais.

### 1. Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas unidades prisionais é um direito constitucional essencial para a reintegração social e o exercício da cidadania das pessoas privadas de liberdade. Apesar da previsão legal, a efetivação desse direito, especialmente no que se refere à educação especial, ainda enfrenta desafios

---

<sup>1</sup> Estudante de Mestrado / Programa de pós-graduação em Ensino na Educação Básica - PPGEED Universidade Federal do Espírito Santo - Centro Universitário Norte do Espírito Santo - Campus São Mateus - e-mail: juliana.m.paula@edu.ufes.br

<sup>2</sup> Professora Doutora do Programa de pós-graduação em Ensino da Educação Básica – PPGEED Universidade Federal do Espírito Santo - Centro Universitário Norte do Espírito Santo - Campus São Mateus - e-mail: isabel.nunes@ufes.br





estruturais, pedagógicos e institucionais. Entre as principais lacunas estão a ausência de dados confiáveis sobre internos com deficiência, a escassez de recursos pedagógicos acessíveis e a necessidade de formação contínua dos profissionais que atuam nesse contexto.

No Espírito Santo, o Plano Estadual para Pessoas Privadas de Liberdade – PEPPLS 2025–2028 organiza a oferta educativa nas unidades prisionais, articulando ações das Secretarias da Educação e da Justiça e buscando promover o acesso à educação inclusiva. Entretanto, lacunas na implementação da educação especial indicam que ainda há uma distância considerável entre o que a legislação prevê e a realidade cotidiana das prisões capixabas.

Diante desse cenário, o presente estudo propõe-se a analisar os desafios e as potencialidades da educação especial na EJA prisional do Espírito Santo, investigando como políticas públicas, práticas pedagógicas e infraestrutura impactam a inclusão das pessoas com deficiência, privadas de liberdade. A pesquisa visa, assim, fornecer subsídios concretos para a formulação de políticas, a melhoria da infraestrutura e a capacitação docente, contribuindo para uma reflexão crítica que garanta direitos, cidadania e a efetiva reintegração social desse público.

Para alcançar os objetivos propostos, o estudo foi estruturado em etapas sistemáticas. Inicialmente, realizou-se uma revisão documental de legislações, planos institucionais, relatórios oficiais do INFOPEN e da Secretaria de Justiça do Espírito Santo, bem como produções acadêmicas relevantes. Em seguida, os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo a identificação de categorias temáticas relacionadas a políticas públicas de inclusão, formação docente, recursos pedagógicos e infraestrutura prisional. Essa metodologia permitiu compreender a dimensão normativa e os desafios práticos da educação especial na EJA prisional capixaba."

## **2. Marco Legal**

### **2.1 Marcos Legais da Educação Prisional e Inclusiva**

A educação prisional no Brasil é orientada por diversos dispositivos legais que garantem o direito à escolarização e à formação integral das pessoas privadas de liberdade, reconhecendo a educação como instrumento de cidadania, emancipação e reintegração social. Esses marcos foram construídos ao longo das últimas décadas,





acompanhando a consolidação dos direitos humanos, a expansão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a incorporação de políticas de inclusão educacional.

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) estabelece a assistência educacional como parte essencial da execução da pena, incluindo instrução escolar, formação profissional, bibliotecas e convênios para cursos, reconhecendo a educação como componente fundamental do processo de ressocialização (Brasil, 1984).

A Constituição Federal de 1988 consolida a educação como direito de todos e dever do Estado, assegurando igualdade de condições, liberdade de aprender e ensinar, valorização da diversidade e atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência (art. 205 e 208) (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) define a EJA e a Educação Especial como modalidades próprias de ensino, garantindo serviços e recursos para a inclusão de estudantes com deficiência em todos os níveis (Brasil, 1996).

No início dos anos 2000, o Conselho Nacional de Educação, por meio de pareceres e resoluções, estabeleceu diretrizes para a EJA, reforçando a importância de currículos contextualizados e formação docente específica (Brasil, 2000).

As Resoluções CNE/CEB nº 2/2010 e nº 4/2016 e o documento Educação nas Prisões: Diretrizes Nacionais (2011) definem parâmetros pedagógicos e estruturais para a educação de jovens e adultos em privação de liberdade, integrando a escolarização à formação profissional e reconhecendo a educação como instrumento de emancipação social (Brasil, 2010; 2011; 2016).

O avanço em direção à inclusão foi consolidado com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que assegura educação inclusiva, acessibilidade, recursos pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas e formação continuada de profissionais (Brasil, 2015). Essas diretrizes dialogam com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que valoriza a diversidade e assegura o direito à aprendizagem de todos (Brasil, 2008).

Em âmbito estadual, o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade do Espírito Santo – PEPPLS 2025–2028, elaborado pela SEJUS e SEDU, implementa essas diretrizes no Espírito Santo, estabelecendo metas para ampliar a oferta de EJA, formação profissional e Educação Especial nas unidades prisionais (SEDU, 2025).





Embora o sistema normativo seja consistente, sua aplicação prática ainda enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, capacitação docente e oferta de recursos acessíveis, especialmente para internos com deficiência (Brasil, 2022; SEDU, 2025). Esses marcos legais fornecem base para a educação inclusiva, mas a realidade das unidades prisionais evidencia lacunas que serão analisadas a seguir.

### 3. Educação Inclusiva e Deficiência no Contexto Prisional

A implementação do direito à educação em igualdade de condições nas unidades prisionais brasileiras, garantido pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e institucionais. No contexto prisional, as pessoas com deficiência frequentemente permanecem em situação de invisibilidade. Estudos de Luiz e Rolim (2024) apontam que a ausência de levantamentos confiáveis e a falta de infraestrutura acessível nas unidades penais ampliam essa exclusão, revelando a distância entre os direitos previstos na legislação e a realidade cotidiana das prisões.

Relatórios oficiais, como Educação nas Prisões: Diretrizes Nacionais (Brasil, 2011) e INFOPEN Pessoas com Deficiência (Brasil, 2022), corroboram a existência de lacunas: insuficiência de recursos humanos e materiais, carência de planejamento institucional e ausência de metodologias pedagógicas acessíveis. O PEPPLS 2025–2028 (SEDU, 2025; SEJUS 2025) destaca a importância da capacitação docente, da oferta de recursos adaptados e da adequação dos espaços físicos, mas a efetivação desses pontos ainda é limitada.

Do ponto de vista teórico, Vigotski (2022) propõe uma concepção humanizadora da deficiência, entendida não como limitação absoluta, mas como uma forma diferenciada de desenvolvimento influenciada por fatores sociais, culturais e históricos. Para ele, a pessoa com deficiência é “uma criança desenvolvida de outro modo” (Vigotski, 2022, p. 55), evidenciando que o desenvolvimento humano depende da mediação social. Essa perspectiva dialoga diretamente com a LBI, que reconhece a deficiência como diferença e defende práticas educativas que valorizem as potencialidades individuais.

Sob uma abordagem sociológica, Elias (1994) e Foucault (1977) permitem compreender os mecanismos de controle social presentes nas prisões. Elias explica a incorporação histórica do autocontrole como forma de regulação da violência, enquanto Foucault demonstra que instituições como escolas e prisões exercem poder





contínuo sobre corpos e mentes, mas podem, simultaneamente, constituir espaços de aprendizado e emancipação. Nesse contexto, a educação inclusiva no sistema prisional insere-se entre a lógica disciplinar e o potencial emancipador da prática pedagógica, exigindo o reconhecimento da singularidade do sujeito privado de liberdade e a ruptura com estruturas de exclusão. Essa dualidade entre controle e emancipação serve como base para analisar como o sistema prisional do Espírito Santo implementa a educação especial, seus desafios e perspectivas.

### 3.1 Panorama da Educação Prisional no Espírito Santo

**Quadro 1 – Trabalhos acadêmicos sobre educação prisional no Espírito Santo**

| Autor (Ano)   | Tipo de Estudo | Foco / Tema                            | Principais Achados   |
|---|----------------|--|--|
| Ribeiro, F. D.; Ventorim, S.; Oliveira, D. R. (2022)      | Artigo         | Condição docente e formação continuada | Analisa a relação entre condição docente e formação continuada de educadores da Educação em Prisões durante a pandemia; identifica desafios na capacitação e necessidade de formação continuada. |
| Nunes, D. C. P.; Loureiro, J. S. M.; Holzle, R. R. (2020) | Artigo         | Funcionamento da oferta educacional    | Identifica o funcionamento da educação prisional do ponto de vista institucional; destaca lacunas na inclusão de pessoas com deficiência e limitações no acompanhamento pedagógico.              |
| Souza, L. S. (2022)                                       | Artigo         | Educação prisional e socialização      | Investiga a importância da educação carcerária no Espírito Santo; evidencia insuficiência de recursos pedagógicos adaptados e lacunas na inclusão de pessoas com deficiência.                    |
| Passos, F. I. (2024)                                      | Dissertação    | Escolarização, cidadania e pobreza     | Propõe momentos dialógicos e formativos com internos; evidencia negação histórica de direitos e limitações na participação plena na educação.  |

**Fonte:** Elaborado a partir de NUNES, D. C. P. et al., 2020; RIBEIRO, F. D. et al., 2022; SOUZA, L. S., 2022; PASSOS, F. I., 2024.

Apesar da ampliação da EJA, a educação especial ainda carece de políticas estruturadas, evidenciando lacunas que dificultam a efetivação do direito à aprendizagem e à cidadania.

### 3.2 Políticas e Planos Educacionais no Espírito Santo







O PEPPLES 2025–2028 organiza a educação prisional capixaba em cinco eixos estratégicos: Gestão, Educação Básica, Educação Não Escolar, Estrutura e Formação. Em 2024, a EJA atendia 34 das 37 unidades prisionais, com 219 turmas ativas, distribuídas entre os ensinos fundamental e médio. Apesar do avanço na expansão da oferta, a ausência de metas específicas para a educação especial evidencia lacunas na implementação de políticas inclusivas.

A Subgerência de Educação Especial (SUEE), vinculada à SEDU, é responsável pela coordenação da inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A integração entre SUEE e SEJUS é essencial para garantir acessibilidade, formação docente e oferta de recursos pedagógicos adequados, elementos fundamentais para efetivar a educação inclusiva no sistema prisional capixaba (SEDU, 2025; SEJUS, 2025).

### 3.3 Indicadores e Análise da Educação Prisional no Espírito Santo

A orientação do PEPPLES converge com as reflexões de Oliveira e Santos (2020), que destacam as dificuldades enfrentadas pela EJA no contexto prisional, especialmente devido às condições adversas que comprometem a formação crítica e social das pessoas privadas de liberdade. Nesse sentido, Spinieli (2019) enfatiza que a ausência de políticas públicas efetivas e a precariedade da infraestrutura inviabilizam a garantia do direito à educação especial para internos com deficiência, reforçando a necessidade de flexibilizações pedagógicas e estruturais, conforme preconizado pelo plano estadual.

Os indicadores referentes ao período 2024–2025 revelam avanços progressivos, embora evidenciem desafios persistentes na educação prisional do Espírito Santo, como apresentado detalhadamente no Quadro 2.

| Indicadores                                 | Dados Aproximados               |
|---|---------------------------------|
| Alunos matriculados na EJA                  | 3.600 a 3.800                   |
| Turmas de EJA                               | 219 (135 Fundamental, 84 Médio) |
| Unidades com oferta educacional             | 34 de 37                        |
| Inscritos no Encceja                        | 4.800 a 5.200                   |
| Inscritos no ENEM                           | 3.150 a 3.350                   |
| Percentual da população carcerária atendida | 15% a 19%                       |

Fonte: PEPPLES 2025–2028, SEJUS e SEDU (2025)





Apesar da expansão da EJA, o percentual de internos atendidos ainda é reduzido.

#### 4. Resultados e Discussão

A análise dos documentos oficiais, relatórios institucionais e trabalhos acadêmicos evidencia que, embora a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tenha avançado no Espírito Santo, a inclusão de pessoas privadas de liberdade com deficiência ainda enfrenta desafios significativos. Em 2024, a EJA atendia 34 das 37 unidades prisionais, com 219 turmas distribuídas entre os ensinos fundamental e médio, abrangendo cerca de 15% a 19% da população carcerária. Esses dados indicam progresso na ampliação da educação prisional, mas mostram que a universalização do direito à educação ainda não foi alcançada, especialmente para internos com deficiência.

No que se refere à educação especial, o estudo identificou lacunas estruturais e pedagógicas importantes. O PEPPLES 2025–2028 não apresenta metas ou estratégias específicas para a inclusão de pessoas com deficiência, evidenciando a necessidade de políticas integradas entre a Subgerência de Educação Especial (SUEE) e a Secretaria de Justiça (SEJUS). A escassez de recursos pedagógicos adaptados, a inadequação da infraestrutura física e a insuficiência de formação continuada de profissionais comprometem o acesso à aprendizagem e à cidadania desse público (Luiz e Rolim, 2024).

Trabalhos acadêmicos prévios (Nunes et al., 2020; Ribeiro et al., 2022; Souza, 2022; Passos, 2024) corroboram essas constatações, destacando a importância da capacitação docente, planejamento institucional e oferta de materiais pedagógicos acessíveis. Embora o PEPPLES enfatize a formação de professores e a expansão da educação profissional, a ausência de diretrizes específicas para a educação especial limita o alcance inclusivo da política prisional.

Os resultados indicam que a efetivação de uma educação inclusiva depende da articulação de políticas públicas, práticas pedagógicas e investimentos estruturais. Aplicar os princípios da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e de abordagens humanizadoras, como a de Vigotski (2022), significa valorizar as potencialidades individuais, promover autonomia, dignidade e cidadania. A educação





prisional pode se tornar instrumento de emancipação social, desde que os obstáculos estruturais e pedagógicos sejam enfrentados de forma articulada e integrada.

Em síntese, embora a EJA tenha apresentado avanços quantitativos, a educação especial no sistema prisional capixaba ainda está em processo de consolidação. A implementação de políticas claras, oferta de recursos adequados e formação docente contínua é essencial para transformar a educação prisional em prática efetivamente inclusiva e promotora de cidadania.

## 5. Considerações Finais

O estudo evidenciou que, embora a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tenha avançado no Espírito Santo, a educação especial no sistema prisional ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e institucionais. A ausência de dados confiáveis sobre internos com deficiência, a carência de formação docente específica, a escassez de recursos pedagógicos adaptados e a inadequação da infraestrutura comprometem a inclusão efetiva e a promoção da cidadania.

A análise indica que a efetivação de uma educação inclusiva depende de políticas públicas específicas, articulação entre órgãos responsáveis, investimentos em infraestrutura acessível e capacitação contínua dos profissionais da educação. Integrar os princípios da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e abordagens humanizadoras, como as propostas por Vigotski (2022), permite reconhecer a singularidade dos sujeitos privados de liberdade e promover práticas pedagógicas que favoreçam autonomia, dignidade e reintegração social.

Além disso, a ausência de monitoramento institucional eficiente, prevista no artigo 33 da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, limita a fiscalização e o aprimoramento das políticas educacionais para pessoas com deficiência em situação de privação de liberdade. Superar esses obstáculos é essencial para transformar a educação prisional em um instrumento de inclusão, cidadania e emancipação social, garantindo que todos os internos tenham acesso a oportunidades educativas efetivas e igualitárias.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em:







[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 07 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2/2010. Diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: CNE, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14065-resolucao-cne-ceb-2-2010-pdf&category\\_slug=marco-normativo-eja&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14065-resolucao-cne-ceb-2-2010-pdf&category_slug=marco-normativo-eja&Itemid=30192). Acesso em: 07 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4/2016. Diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: CNE, 2016. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16936-resolucao-cne-ceb-4-2016&category\\_slug=resolucoes-cne-ceb&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16936-resolucao-cne-ceb-4-2016&category_slug=resolucoes-cne-ceb&Itemid=30192). Acesso em: 07 out. 2025.

BRASIL. Espírito Santo. Secretaria da Educação; Secretaria de Justiça e Segurança Pública. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade – PEPPLS 2025–2028**. Vitória: SEDU, 2025. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Plano%20Estadual%20de%20Educação%20para%20Pessoas%20Privadas%20de%20Liberdade%20do%20Espírito%20Santo.pdf>. Acesso em: 07 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, 12 jul. 1984. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 07 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 07 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 07 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação nas Prisões: Diretrizes Nacionais**. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-infantil-ensino-fundamental-e-medio/educacao-prisional.pdf>. Acesso em: 07 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **INFOPEN – Relatório sobre Pessoas com Deficiência no Sistema Penitenciário Brasileiro, 13º ciclo, 2022**. Brasília: MJSP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepende/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2022.pdf>. Acesso em: 07 out. 2025.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Paris: Gallimard, 1977.





LUIS, A.; ROLIM, P. **Inclusão de pessoas com deficiência no sistema prisional brasileiro: desafios e perspectivas.** *Revista Brasileira de Educação*, v. 29, n. 3, p. 45–61, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18593/ejil.34647>. Acesso em: 05 out. 2025.

NUNES, D. C. P.; LOUREIRO, J. S. M.; HOLZLE, R. R. **Funcionamento da oferta educacional no sistema prisional do Espírito Santo.** *Revista Educação e Sociedade*, v. 41, n. 149, p. 1–20, 2020. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/1370/1/EDUCA%C3%87%C3%83O%20PRISIONAL%20UM%20OLHAR%20PARA%20AS%20POL%C3%84TICAS%20EDUCACIONAIS.pdf>. Acesso em: 05 out. 2025.

OLIVEIRA, T. N. R.; SANTOS, E. C. R. **A educação inclusiva: um estudo sobre a educação de jovens e adultos em privação de liberdade.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CINTEDI, 2020, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 85–103. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/73878>. Acesso em: 07 out. 2025.

PASSOS, Flávia Isabel. **A escolarização como elemento de cidadania e de combate à pobreza: um olhar sobre o sistema prisional feminino capixaba.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/d287c88a-06a6-4149-ac1d-bdd3856e7e75/content>. Acesso em: 07 out. 2025.

RIBEIRO, Flávia Demuner; VENTORIM, Silvana; OLIVEIRA, Dalva Ricas de. **Educação em Prisões no Espírito Santo: condição docente e formação continuada.** *Retratos da Escola, Brasília*, v. 16, n. 36, p. 873-898, set./dez. 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/1636/1141/5872>. Acesso em: 07 out. 2025.

SOUZA, Lidiane Santos. **Experiências de trabalho e de estudo na perspectiva dos internos de uma instituição penitenciária de Vila Velha-ES.** In: Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão - SEPE. [S. l.]: [s. n.], 2022. Disponível em: [https://pp.es.gov.br/Media/PPES/PDFs/Artigos\\_Cientificos/EXPERIENCIAS%20DE%20TRABALHO%20E%20DE%20ESTUDO%20NA%20PERSPECTIVA%20DOS%20INTERNOS%20DE%20UMA%20INSTITUICAO%20PENITENCIARIA%20DE%20OVILA%20VELHA.pdf](https://pp.es.gov.br/Media/PPES/PDFs/Artigos_Cientificos/EXPERIENCIAS%20DE%20TRABALHO%20E%20DE%20ESTUDO%20NA%20PERSPECTIVA%20DOS%20INTERNOS%20DE%20UMA%20INSTITUICAO%20PENITENCIARIA%20DE%20OVILA%20VELHA.pdf). Acesso em: 07 out. 2025.

SPINIELI, André Luiz Pereira. **Prisão e acessibilidade: uma análise da situação de pessoas com deficiência no cárcere brasileiro.** *Ratio Juris, São Paulo*, v. 2, n. 1, p. 83–101, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=585763965006>. Acesso em: 07 out. 2025.

VIGOTSKI, L. S. **Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia.** Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.

